

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando as normas que regulam o processo administrativo no âmbito federal, julgue os itens que se seguem.

- 51 Admite-se a juntada de processos por anexação nos casos em que haja dependência entre os processos a serem anexados, sendo tal dependência caracterizada pela possibilidade de identificação de um dos processos como principal e dos demais como acessórios.
- 52 Para que um ato do processo administrativo seja considerado válido, é necessário o reconhecimento de firma do(s) seu(s) subscritor(es).
- 53 Não havendo impedimento legal, um órgão administrativo poderá, em um processo administrativo, delegar parte de sua competência a outro órgão que não lhe seja hierarquicamente subordinado, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica.

Acerca dos modelos de gerenciamento de projetos, julgue os itens a seguir do(s) seu(s).

- 54 De acordo com o modelo de gerenciamento proposto pelo Project Management Institute, o gerenciamento de um projeto não deve incluir o balanceamento das restrições conflitantes.
- 55 A influência das partes interessadas e os riscos são maiores nas etapas iniciais de um projeto, diminuindo ao longo de sua execução.
- 56 Os processos orientados a produtos, que se referem à especificação e criação do produto do projeto, são definidos pelo ciclo de vida do projeto e não variam conforme a área de aplicação.
- 57 Denomina-se definição do escopo o processo de desenvolvimento de descrição detalhada do projeto ou produto.

Julgue os próximos itens, relativos à gestão por processos e ao uso desse modelo de gestão na administração pública brasileira.

- 58 No desenvolvimento de fórmulas matemáticas para a construção de indicadores de melhoria em processos, devem-se observar a precisão da medida e a facilidade de compreensão do resultado, sendo irrelevante a complexidade de aplicação das fórmulas, dado que os cálculos são comumente executados por sistemas informatizados.
- 59 Relativamente aos resultados da ação pública, promover a eficiência por meio de melhor aproveitamento dos recursos inclui-se entre as finalidades da implementação de instrumentos e abordagens gerenciais do GesPública.
- 60 A gestão por processos propicia uma visão sistêmica do trabalho e a visualização da interdependência entre fornecedores, executores e clientes do processo.

A respeito das regras do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a avaliação e contabilização de ativos, julgue os itens subsequentes.

- 61 Os impostos de importação não compõem o custo de aquisição de estoques e devem ser reconhecidos, diretamente no resultado, como despesa.
- 62 O valor contábil de um ativo imobilizado que apresente valor contábil líquido de R\$ 200.000,00, valor em uso de R\$ 195.000,00 e valor justo líquido de despesas de vendas de R\$ 198.000,00 estará sujeito a uma redução de R\$ 2.000,00.
- 63 Durante a fase de pesquisa, os gastos incorridos por uma sociedade anônima para a geração de um ativo intangível devem ser reconhecidos como ativo e classificados no grupo ativo não circulante.
- 64 Adotando-se o método da equivalência patrimonial, os dividendos recebidos pela sociedade investidora em decorrência dos lucros auferidos pela sociedade investida provocam uma redução no valor contábil do investimento registrado pela investidora.
- 65 Os custos decorrentes da manutenção periódica de um ativo imobilizado devem ser acrescidos ao valor contábil desse ativo.

Julgue os itens seguintes, relativos ao impacto dos fatos contábeis no patrimônio de uma entidade.

- 66 O recebimento antecipado pela venda de uma mercadoria cuja entrega há ser efetuada no mês seguinte provocará, simultaneamente, um aumento no valor do ativo total e um aumento no valor do passivo total da entidade que praticar a venda.
- 67 O perdão de uma dívida registrada no passivo não circulante de uma entidade provoca um aumento no resultado contábil dessa entidade, por meio do reconhecimento imediato de uma receita.

Com base no disposto na legislação acerca das demonstrações financeiras das sociedades, julgue os itens que se seguem.

- 68 A conta ajustes de avaliação patrimonial, que pode apresentar tanto saldo credor como saldo devedor, faz parte do patrimônio líquido e tem a função de registrar as alterações ocorridas nos valores de ativos e passivos sujeitos à avaliação a valor justo e ainda não negociados.
- 69 Os direitos registrados no ativo intangível são avaliados pelo custo incorrido por ocasião de sua aquisição, deduzido da amortização acumulada desses direitos. Periodicamente, deve ser realizada uma análise da capacidade de recuperação dos valores registrados nesses ativos, que sofrerão redução quando for comprovado que os investimentos realizados não poderão gerar resultados suficientes para a recuperação dos seus valores contábeis.
- 70 Empréstimos a sociedades coligadas e controladas que não representem negócios usuais na exploração do objeto da sociedade anônima e que sejam realizáveis no curso do exercício social subsequente serão classificados no grupo ativo circulante do balanço patrimonial.

A respeito da demonstração dos fluxos de caixa (DFC), julgue os itens subsequentes.

- 71** As companhias abertas que tenham em carteira ações preferenciais resgatáveis no prazo de dois meses não podem enquadrá-las, para fins de elaboração da DFC, no conceito de equivalente de caixa.
- 72** Os desembolsos pela concessão de empréstimos e adiantamentos a terceiros realizados por instituição não financeira são classificados como fluxos de caixa das atividades de investimento.
- 73** No método indireto, as perdas cambiais não realizadas e os resultados positivos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial devem ser somados ao lucro líquido, para fins de apuração do caixa líquido gerado pelas operações.

Julgue os itens seguintes, referentes ao processo de controle e gestão de custos.

- 74** Gastos com o vestuário dos operários da fábrica devem compor o custo da mão de obra direta e ser classificados como custos fixos.
- 75** Alcança-se o ponto de equilíbrio quando a margem de contribuição total apresenta um valor suficiente para a cobertura de todos os custos e despesas fixos.

Considerando a Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens seguintes, relativos às demonstrações contábeis e ao campo de atuação da contabilidade governamental.

- 76** As contas de compensação controlam todos os atos administrativos, mesmo aqueles vinculados diretamente à lei orçamentária e à sua execução.
- 77** Os orçamentos das entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive as de previdência social, são aprovados por decreto do Poder Executivo ou, havendo disposição expressa em lei, pelo Poder Legislativo, excepcionalmente.
- 78** A contabilidade pública, por registrar atos contábeis inerentes ao orçamento público, aplica os princípios orçamentários e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial das entidades governamentais.
- 79** No balanço patrimonial — demonstração financeira que compreende o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro e o passivo permanente —, não se incluem as contas de compensação, que são contempladas no balanço orçamentário.
- 80** Os resultados gerais do exercício serão evidenciados exclusivamente na demonstração das variações patrimoniais.

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

- 81** O Congresso Nacional só poderá entrar em recesso após a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias, ao final de cada exercício financeiro.
- 82** Cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre o projeto de lei do orçamento, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e de créditos adicionais.
- 83** Os mecanismos de segurança do SIAFI baseiam-se no uso de senhas de acesso e outros recursos adicionais, como a conformidade contábil, que deve ser realizada por contabilista habilitado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 84** O plano plurianual, uma síntese dos esforços de planejamento da administração pública, orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo e a elaboração do orçamento anual.
- 85** A iniciativa de elaboração da proposta orçamentária anual é do Poder Executivo.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes, acerca de orçamento e a contabilidade pública.

- 86** A dívida ativa é constituída dos créditos da fazenda pública, de natureza tributária ou não, que, quando não pagos nos vencimentos, são inscritos em registros próprios, após apurada sua liquidez e certeza.
- 87** A LRF determina que as despesas relativas aos incentivos à demissão voluntária sejam computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal da União, dos estados e dos municípios.
- 88** O suprimento de fundos, destinado à realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, necessita de prévio empenho na dotação própria.
- 89** A conta única do Tesouro Nacional é um importante instrumento de controle das finanças públicas porque além de acolher todas as disponibilidades financeiras da União, agiliza os processos de transferência e descentralização financeiras e os pagamentos a terceiros.
- 90** As contas contábeis podem ser, indiscriminadamente, contrapartidas uma das outras, pois há diferentes grupos de contas que são distinguidos de acordo com características comuns em razão de sua natureza financeira ou não financeira.

A respeito da Constituição Federal de 1988 (CF) e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 91 Quanto à possibilidade de alteração, as constituições podem ser classificadas em rígidas, flexíveis e semirrígidas. De acordo com os pressupostos dessa classificação, a CF é exemplo de constituição semirrígida.
- 92 Normas constitucionais de eficácia contida não têm o poder de produzir todos os seus efeitos e demandam uma lei integrativa infraconstitucional para tanto.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, bem como dos direitos sociais e políticos, julgue os próximos itens.

- 93 Segundo o princípio da unicidade sindical, é vedada a criação de mais de uma organização sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não pode ser inferior à área de um município.
- 94 O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos e obrigatórios para os não analfabetos com mais de dezoito e menos de oitenta anos de idade.
- 95 Como expressão maior da liberdade de crença e culto, a CF determina a impossibilidade de o cidadão ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue os seguintes itens de acordo com a CF.

- 96 No cálculo do teto remuneratório do servidor público estipulado na CF, não serão computadas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei em favor do servidor.
- 97 A reforma da previdência ocorrida em 1998 vedou absolutamente a percepção de mais de uma aposentadoria por servidor público.
- 98 Considerar o valor dos impostos recolhidos à fazenda pública por participante de processo licitatório como item para decisão sobre proposta vencedora é inconstitucional e contraria o princípio que veda a distinção entre brasileiros.
- 99 É da competência dos municípios a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado.

Conforme as disposições da CF acerca do Poder Executivo, julgue os itens subsecutivos.

- 100 Considere a seguinte situação hipotética.

A atual presidenta do Brasil foi convidada a participar de rodada de reuniões dos presidentes dos países-membros do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a realizar-se em Buenos Aires – Argentina, no período de 17 a 21 de dezembro de 2012. Em atenção a esse convite, O Gabinete da Presidência da República informou ao órgão administrativo do MERCOSUL que a presidenta se deslocará para aquele país em 16/12/2012, à noite, e retornará a Brasília em 24/12/2012, pela manhã.

Nessa situação hipotética, a presidenta deverá contar com licença do Congresso Nacional para ausentar-se do país, sob pena de perda do cargo.

- 101 Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão, sucessivamente, chamados ao exercício da Presidência os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Poder Legislativo, ao processo legislativo e ao Poder Judiciário.

- 102 A mesa de assembleia legislativa de estado federado ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal tem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- 103 Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, pelo voto de, pelo menos, dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado.
- 104 A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 105 A CF poderá ser emendada mediante proposta subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído por, pelo menos, cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Em relação aos poderes do Estado e ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

106 Mesmo tendo sido atribuída determinada função a cada um dos poderes do Estado, o direito positivo pode converter uma função jurisdicional atípica em uma função administrativa típica.

107 O costume não pode ser considerado fonte do direito administrativo, haja vista o princípio da legalidade ser um dos princípios da administração pública.

A respeito dos poderes da administração, das autarquias e das empresas públicas, julgue os itens seguintes.

108 As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei.

109 Controle e fiscalização são as funções básicas das agências autárquicas executivas, funções essas adequadas ao regime de desestatização.

110 O exercício da discricionariedade pode concretizar-se tanto no momento da prática do ato quanto na sua revogação.

Julgue o item abaixo, relativo ao ato administrativo.

111 A nomeação de ministro do Supremo Tribunal Federal pelo presidente da República após aprovação pelo Senado Federal é considerada ato composto.

Acerca do controle judicial e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

112 A responsabilidade objetiva do Estado fundamenta-se na teoria do risco administrativo.

113 É possível invocar o controle judicial sobre legalidade e mérito de ato administrativo.

No que diz respeito ao contrato administrativo e às licitações, julgue os itens que se seguem com base nas disposições da Lei n.º 8.666/1993 e alterações.

114 Se a União tiver de intervir no domínio econômico para normalizar o abastecimento, a licitação será dispensável.

115 A instauração de insolvência civil pode dar causa a rescisão de contrato administrativo.

116 Modificação de edital de licitação, mesmo que afete a formulação de propostas, não acarreta o dever de reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

A respeito de penalidades e do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir com base nas disposições da Lei n.º 8.112/1990 e alterações.

117 O registro da penalidade de advertência aplicada a servidor público será cancelado após o decurso de três anos, desde que ele não pratique nova infração disciplinar nesse período.

118 No transcurso de processo administrativo disciplinar, é vedado à administração afastar o servidor do exercício do seu cargo.

Com relação às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, julgue os próximos itens com base nas disposições do Decreto n.º 6.170/2007, da Portaria MPOG-MF-CGU n.º 507/2011 e de suas respectivas alterações.

119 Os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos devem ser assinados pelo ministro de Estado ou pelo dirigente máximo da entidade da administração pública federal concedente, podendo essas autoridades delegar essa competência a servidor público lotado no respectivo órgão.

120 Com os recursos decorrentes de convênio com a União, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão realizar, no mínimo, cotação prévia de mercado, se forem adquirir bens e contratar serviços.

PROVA PRÁTICA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA PRÁTICA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

Algumas despesas, por sua natureza ou urgência, não se submetem a procedimento licitatório ou ao rito normal de execução orçamentária, podendo ser realizadas mediante suprimento de fundo, que funciona como um adiantamento de dinheiro a servidor para que ele possa realizar gastos por conta do órgão, dentro de determinados limites. Nesse sentido, o superintendente do órgão X, da administração indireta, que deseja enviar um servidor para participar de um congresso em Londres, solicitou ao respectivo órgão de controle interno orientações e explicações legais quanto aos procedimentos necessários à concessão de suprimento de fundos para custeio das despesas desse servidor.

Em face da situação hipotética acima descrita, redija uma nota técnica em resposta à solicitação feita pelo superintendente do órgão X. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ situações em que se pode conceder suprimento de fundos ao servidor; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ circunstâncias em que é vedada a concessão de suprimento de fundos; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ mecanismos utilizados para efeito de liberação do suprimento de fundos. [valor: 6,00 pontos]

Atenção: o texto dessa nota técnica deve conter, obrigatoriamente, as seguintes partes:

Título (centralizado): **Nota Técnica n.º 123/2012;***

- Data (alinhada à direita): **Em DATA DA PROVA de 2012;***
- Encaminhamento ao Senhor ...;**
- Assunto: ...;**
- Parágrafo(s) explicativo(s) a respeito da nota técnica (fundamentação legal ou histórico justificador da necessidade da nota técnica);***
- Parágrafo(s) com análise técnica do assunto sob exame;***
- Parágrafo(s) com opinião técnica favorável ou desfavorável, com sugestões e(ou) proposições de providências;***
- Fecho: Atenciosamente;
- Assinatura: **Consultor X;***
- Nome (em maiúsculas): **CONSULTOR X;***

Cargo: Analista em Ciência e Tecnologia Jr 1.

* A alteração das informações sublinhadas e negritadas (número, data, assinatura e nome) será considerada marca identificadora indevida e, portanto, conforme edital, implicará a anulação da respectiva prova prática discursiva.

** As reticências indicam aspectos a serem desenvolvidos de acordo com o teor da nota técnica.

*** Esses parágrafos devem ser numerados sequencialmente (de 1 ao último) na margem esquerda do corpo do texto

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos